



EPEPE
ENCONTRO DE PESQUISA
EDUCACIONAL
EM PERNAMBUCO

**Educação e Desenvolvimento
na Perspectiva do Direito à Educação**

Eixo Temático: Educação, Currículo E Diversidade Cultural

A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM DEFICIÊNCIA VISUAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: PERSPECTIVA DOS DOCENTES

Elizete Santos Balbino
Universidade Estadual de Alagoas – Uneal

Amanda Magalhães Barbosa
Universidade Estadual de Alagoas - Uneal

RESUMO

Este artigo apresenta como problemática: Como está acontecendo a inclusão de uma aluna com deficiência visual na educação superior na perspectiva dos docentes? Considerando esta problemática, a pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de uma aluna com deficiência visual em uma instituição de ensino superior do estado de Alagoas, na perspectiva de seus professores. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando um estudo de caso com enfoque qualitativo. A coleta de dados foi feita através de um questionário aplicado com sete professores de uma instituição de ensino superior do estado de Alagoas. Os resultados da pesquisa mostraram que o processo inclusão encontra-se em processo de construção na IES, na qual se faz necessária a disponibilização de suportes técnicos, formação específica para melhorar a prática pedagógica dos professores e a adequação da estrutura física para facilitar a locomoção da aluna na instituição. Os dados indicaram, ainda, que é preciso que se faça uma reflexão acerca da temática, bem como sejam discutidas e implementadas ações que garantam uma formação de qualidade e a permanência da aluna na instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Deficiência Visual. Educação Superior. Inclusão.

Introdução

A busca por uma educação para todos e de forma igualitária, tem sido tema recorrente na atual conjuntura social, principalmente no que se refere a inclusão da pessoa com deficiência em ambientes educacionais. Embora, toda a discussão em torno do tema, ainda há uma série de limitações quanto a sua prática, em específico nas instituições de ensino superior, sendo necessário, portanto, a constante disseminação de informações e de práticas inclusivas.

O professor tem um papel essencial na efetivação da inclusão, dessa forma, este artigo apresenta como problemática: Qual a perspectiva dos docentes acerca da inclusão de uma aluna com deficiência visual na educação superior? Considerando esta problemática, a pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de uma aluna com deficiência visual em uma instituição de ensino superior do estado de Alagoas.

Para o referencial teórico do estudo contou-se com a contribuição de alguns pesquisadores que vêm desenvolvendo estudos pertinentes à temática que abordamos, dentre

eles: Carvalho (2007), Castanho (2007), Cerqueira (2008), Marques (2006), Mazzoni (2003), Muller (2005) e Sasaki (1997).

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo, utilizando um estudo de caso com enfoque qualitativo. Os instrumentos utilizados foram questionários, aplicados com sete professores de uma instituição de ensino superior do estado de Alagoas.

Iniciamos nossa pesquisa, fazendo um resgate histórico de como as pessoas com deficiências foram tratadas ao longo dos tempos até chegar ao movimento em prol da inclusão.

Em seguida, abordamos os conceitos e princípios que norteiam a inclusão, sendo necessário para tanto falar sobre exclusão, visto que são conceitos intrinsecamente ligados.

Dando continuidade, fazemos uma análise sobre a inclusão da pessoa com deficiência na educação superior de Alagoas, que apesar de todos os dispositivos legais que garantem a inclusão, ainda se constitui um desafio presente na educação superior.

Por fim, apresentamos as considerações finais, onde esperamos contribuir para uma maior reflexão sobre a inclusão da pessoa com deficiência no ensino superior e sobre as ações que precisam ser implantadas para garantir não só a entrada, mas também a permanência da aluna na instituição.

Aspectos históricos da educação da pessoa com deficiência

Para falarmos sobre a história da educação das pessoas com deficiência é necessário abordarmos dois aspectos: o primeiro, diz respeito às terminologias e o segundo, menciona a forma de tratamento dispensado a estas pessoas.

Ao abordarmos o primeiro aspecto, verificamos que atualmente a literatura tem novas nomenclaturas para referir-se as pessoas com deficiência e isso segundo Sasaki (2002) não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando falamos assuntos tradicionalmente evitados de preconceitos, estigmas e estereótipos como é o caso das deficiências.

A questão das terminologias adotadas para denominar as pessoas que possuíam alguma deficiência foi sendo modificada ao longo dos tempos, isso pode ser observado quando Cerqueira (2008, p.37) discorre que a discussão de como chamar as pessoas com deficiência sempre foi frequente em grupos de inclusão e o termo escolhido foi — pessoas com deficiência que faz parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos

Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, tendo como princípios básicos: não esconder ou camuflar a deficiência, mostrar com dignidade a realidade da deficiência, valorizar as diferenças e necessidades decorrentes da deficiência, defender a igualdade entre as pessoas com deficiência e as demais, em termos de direitos e dignidade, o que exige a equiparação de oportunidades atendendo as diferenças individuais e necessidades especiais que não devem ser ignoradas, identificar nas diferenças todos os direitos que lhe são pertinentes e, a partir daí, encontrar medidas para o Estado e a sociedade diminuírem ou eliminarem as — restrições de participação, combater neologismos que tentam diluir as diferenças tais como — pessoas especiais ou — pessoas com eficiências diferentes.

O segundo aspecto nos permite entender que, quanto ao tratamento dispensado às pessoas com deficiência, a sociedade quase sempre se apresentou preconceituosa e com práticas discriminatórias numa trama de relações, em que o tratamento dispensado a essas pessoas constitui um dos maiores de todos os exemplos de opressão e indiferença. A problemática vivida por tais pessoas demonstra que os conceitos e as práticas vivenciadas nessa sociedade são determinados pela ideologia dominante, acarretando um esvaziamento de significado, como se tais pessoas não fossem capazes de escolher, de decidir e de agir, estando, em suma, condenadas ao ostracismo e sujeitas ao olhar piedoso da sociedade (MARQUES, 2006).

Apesar de todo preconceito que envolve as pessoas com deficiência, que a história nos mostra, Mazzoni (2003), considera que se olhando retrospectivamente para as formas de tratamento dispensado à pessoa com limitação oriunda de deficiência, constata-se que as mesmas sofreram modificações, indo desde a negação da sua humanidade, por considerarem que estariam ligadas a forças sobrenaturais, passando por distintas fases intermediárias, até chegar à aceitação plena das mesmas.

Ainda sobre o modo como as pessoas com deficiência eram tratadas, Muller (2005) relata que essas pessoas, na antiguidade, eram consideradas degeneração da raça humana, deveriam ser expostas ou eliminadas pelo grande transtorno que representavam para a sociedade. E Muller (2005, p.23), acrescenta que os sentimentos de tolerância e certa aceitação foram sendo desenvolvidos, devido à influência do cristianismo, onde:

Essas ‘pessoas deficientes’ precisavam de caridade, de alimentação, da moradia e da segregação. Deviam viver confinadas para pagar os pecados que as levaram a ter tal deficiência. Há notícias de que castigos, torturas, crueldades eram imputadas a essas pessoas devido às concepções que imperavam na época.

Com o avanço da medicina, a deficiência passou a ser vista como doença e as pessoas com deficiência passaram a ter atendimento em instituições onde ficavam segregadas. Para Castanho (2007), o atendimento em instituições revela o caráter assistencialista e filantrópico com que as mesmas foram tratadas. Diferentes discursos têm evidenciado o movimento da caridade, da concessão e da intervenção familiar, o que vem corroborar com o processo de segregação e exclusão. Neste contexto, Sassaki (1997) afirma que nesse modelo médico, a deficiência é encarada como doença, onde poderia haver possibilidade de cura. A deficiência é caracterizada como um problema da pessoa e assim esta pessoa deve adaptar-se à sociedade, ser reabilitada ou curada. O diagnóstico da referida deficiência passa a ter uma importância singular, comparando-se à atividade médica.

Com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), um novo olhar passou a ser dado às pessoas com deficiência e à forma de tratá-las, quando em seu texto, no artigo 1º, aponta: “[...] todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”.

A fase da inclusão pode ser compreendida, partindo do documento produzido na Espanha – Declaração de Salamanca (1994) que tratou do princípio fundamental das escolas inclusivas “de que todas as crianças sempre que possível, devem aprender juntas, independentemente de suas dificuldades e diferenças do direito de todos à educação, independente das dificuldades individuais das pessoas” (BRASIL, 1997).

Educação Inclusiva: conceitos e princípios

Antes de entrar no tema propriamente dito, é necessário fazer duas considerações: A primeira diz respeito, a constatação feita por Amiralian (2009) de que a inclusão é hoje, sem dúvida, uma questão central em todos os ambientes em que vivemos: nas escolas, no mercado de trabalho, nos esportes, nos espaços de lazer, enfim, em todas as situações da vida do ser humano.

A segunda consideração chama a atenção para o fato de que a questão da inclusão, portanto, não é um problema que se refere especificamente às pessoas com deficiência. É um conceito recente na literatura sobre o tema e que tem suas raízes no passado, como já foi abordado neste trabalho, entretanto é um conceito que diz respeito a todos nós, e que precisa

continuar sendo debatido entre as pessoas que desejam analisar e conhecer melhor seus significados.

Neste contexto, falar de inclusão pressupõe falar também em exclusão, isto porque para Santos; Paulino (2008, p.12) “inclusão e exclusão são conceitos intrinsecamente ligados, e um não pode existir sem o outro porque inclusão é em última instância, a luta contra exclusões”. Vistos dessa forma, os autores ainda afirmam que sempre existirá a luta por uma educação inclusiva, e que, se exclusões sempre existirão, a inclusão nunca poderá ser encarada como um fim em si mesmo. Inclusão sempre é um processo.

Iniciando pelo processo de exclusão, se faz necessário conceituarmos o termo, usando as palavras de Carvalho (2007, p.49) quando afirma que: “São excluídos todos aqueles que são rejeitados e levados para fora de nossos espaços, do mercado de trabalho, dos nossos valores, vítimas de representação estigmatizantes. ”

Na esfera social, Martins (2007, p. 201) alerta que “a sociedade [...] por diversas razões e de várias formas separa os ‘iguais’ dos ‘diferentes’, marca e estigmatiza os considerados ‘diferentes’. E a pessoa com deficiência vai, pouco a pouco, se deparando com esta realidade e, também, incorporando-a”.

E essa exclusão produz vários efeitos nas pessoas que são vítimas de exclusão, desde a perda de auto- estima, de identidade e, principalmente, pela interferência na qualidade e na participação da vida em sociedade (CARVALHO, 2007).

O que uma sociedade deve fazer é incorporar e negar as atitudes individualistas e a falta de valorização da diversidade humana, e garantir não apenas espaços adequados a todas as pessoas, mas contribuir para a cooperação e a construção de uma convivência mais justa e saudável para todos, deixando de lado toda uma história de preconceitos e estigmatizações que acompanharam as pessoas com deficiência ao longo dos tempos.

Ainda, com relação à questão da exclusão, Carvalho (2007) se refere como um importante espaço nas reflexões de todos nós, particularmente porque os autores que escrevem sobre a dinâmica das sociedades têm denunciado as desigualdades sociais e as práticas excludentes, defendendo os ideais democráticos calcados nos direitos humanos, em especial no da igualdade de oportunidades para todos.

Partindo da exclusão social à exclusão na escola, Mantoan (2006) ressalta que, no contexto escolar, a exclusão se manifesta das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber. Ocorre que a escola se democratizou, abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos.

E quando partimos para a análise do sentido da inclusão, na perspectiva do processo de escolarização, Mantoan (2006) assevera que o referido termo prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática, no qual todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular.

Nesta perspectiva, toda escola deveria estar preparada, tanto em termos físicos (mobiliário, espaço físico etc.) quanto em termos pedagógicos, para receber e atender todo tipo de aluno, respeitando suas diferenças e educando de acordo com o ritmo e as possibilidades de cada um. É a garantia do princípio democrático de escola para todos. A inclusão refere-se, também, à participação das pessoas com deficiência na sua comunidade: trabalho, lazer, vida social etc. A inclusão, portanto, é um movimento que se opõe à segregação com que eram tratadas (e, de certa forma, ainda são) as pessoas que possuem algum tipo de deficiência ou desvantagem física ou mental (SASAZAWA, 2005).

Outros princípios que norteiam a educação para todos podem ser elencados, como por exemplo: o direito a uma educação de qualidade; o respeito às características individuais, próprias de sua condição; os projetos e os currículos devem considerar a diversidade das características individuais de cada aluno; e, a escola deve se preparar para receber os alunos, sem distinção (FORTES, 2005).

Em síntese, ao falarmos sobre inclusão, precisamos ter em mente que esta não é apenas um ideal a ser alcançado, mas, também, uma jornada onde todos que estão engajados na educação precisam repensar os seus conceitos e melhor refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem.

A Inclusão da Pessoa com Deficiência na Educação Superior de Alagoas

As instituições de ensino superior enfrentam desafios crescentes com a democratização do ensino e o ingresso de alunos com deficiência, pois apesar das inúmeras discursões e pesquisas sobre esta temática, falta instrumentos básicos que favoreçam a sua prática. Esses desafios fazem referência, principalmente, a garantia do acesso da pessoa com deficiência na educação superior, a oferta de um ensino de qualidade, em igualdade de condições com as demais pessoas e a promoção de um ambiente onde ela tenha suas diferenças culturais, sociais e individuais respeitadas.

O acesso para a pessoa com deficiência na educação superior se divide em dois estágios, ambos desafiadores. O primeiro refere-se ao concurso vestibular e o segundo se inicia com a entrada do aluno na instituição, sendo possível afirmar que este é o momento em

que ele estará sujeita a grandes adversidades provindas de uma instituição que ainda não se preparou adequadamente para garantir a sua permanência em condições de ensino justas.

Esta situação exige que sejam tomadas as providências, sob pena de entrarmos em um processo que muito bem poderíamos caracterizar como “inclusão excludente”, onde alunos e alunas entram pela porta da frente (via vestibular ou outros processos seletivos), mas de dentro há pouco ou nada a se oferecer. Somos “hospedeiros”, cuja casa não se encontra em condições de receber culturas, identidades e alteridades distintas do modelo de normalidade constituído social, cultural, linguística e historicamente (THOMA, 2006, p.01).

Thoma (2006) segue afirmando que não há como negar que as exigências são muitas e que não basta apenas a boa vontade de alguns. Inclusão exige rupturas e a busca de alternativas viáveis, pois também é certo que todos têm o direito de alcançar maiores índices de escolarização e uma política precisa ser urgentemente pensada para isto.

A política educacional necessita ser, cada vez mais, aperfeiçoada no sentido de buscar meios efetivos para atender à diversidade do alunado. É preciso ainda que as instituições “[...] reconstruam a maneira de lidar com a diversidade dos seus alunos e [...] disponham de diferentes tipos de apoio para tornar viável o seu aprendizado, o seu acesso ao espaço escolar e o seu convívio com a comunidade escolar. ” (FUMES, s.d.). É através dessa fala, que percebemos que as instituições de ensino superior precisam passar por uma transformação no sentido de adequar as condições de ensino a realidade vivenciada pela pessoa com deficiência, de modo a satisfazer e acompanhar as mudanças que vem acontecendo na sociedade no que diz respeito a inclusão.

A Universidade é um espaço complexo, com grande potencial para exercer a transformação da sociedade, pois ao mesmo tempo em que fortalece as relações sociais e é responsável pelo desenvolvimento do conhecimento técnico-científico, ela forma o homem para o mundo do trabalho e se constitui como um espaço de discussão de questões relacionadas à sua própria formação e à formação da sociedade. Sendo assim:

O ambiente universitário, apesar de focar a formação profissional, também é responsável pela formação global do sujeito e deve resgatar conceitos, adaptar-se às necessidades apresentadas pela comunidade discente, proporcionando a construção da qualificação profissional e pessoal (MOREIRA, 2009, p.227).

Nesse contexto, podemos considerar que devido ao grande papel exercido pela Universidade como formadora de profissionais, ela deve ser a instituição mais qualificada para orientar os indivíduos quanto as práticas inclusivas. Entretanto, de acordo com Santos (2003) é comum as queixas de alunos com relação a prática pedagógica de professores universitários, ou ainda, a respeito da forma excludente, preconceituosa e seletiva do sistema universitário.

Já para Moreira (2005) não se trata de considerar a Universidade como um espaço de segregação e exclusão, mas sim, como um local que apesar das incontestáveis contribuições para a formação intelectual, tem encontrado inúmeras dificuldades para efetivar uma educação pautada nos critérios inclusivos e democráticos.

É importante ressaltar que a inclusão não se refere apenas a inserir a pessoa com deficiência no ensino superior, é preciso repensar em todos os aspectos que envolvem a Universidade e que podem trazer alguma limitação para o aluno, dentre eles, a formação dos professores universitários que a princípio não possuem formação específica na área da inclusão, na estrutura física e nos equipamentos técnicos que o aluno venha precisar para efetuar seus estudos na instituição. Vale destacar que mais que a arquitetura, o currículo e as atividades, o ambiente universitário deve ser verdadeiramente acolhedor, onde o respeito à dignidade do ser humano seja não apenas discutida, mas exercitada diariamente por toda a comunidade universitária (MACHADO, 2008).

É preciso acabar com as práticas pontuais e limitadas de inclusão, realizadas por obrigação ou pela boa vontade dos docentes. A pessoa com deficiência deve ser considerada por meio de seu próprio valor, um ser de relações que é capaz de aprender independentemente de características físicas, sociais ou culturais. Pensar dessa forma, de acordo com Silva; Rodriguez (2008) é acreditar no potencial e na capacidade de aprender e produzir da pessoa com deficiência, é de fato admitir a existência do princípio da universalização.

Segundo Machado (2008, p.48) “a inclusão precisa ser vivenciada e construída, na Universidade, nas pequenas ações do dia-a-dia, abrangendo os direitos e os deveres, gerando compromisso, responsabilidade e participação”. Assim, em se tratando do atendimento às necessidades de *todo* e *qualquer* aluno, as atitudes de uma instituição de ensino superior devem enfatizar uma postura não só dos educadores, mas de todo o sistema educacional. Uma instituição de ensino com orientação inclusiva é aquela que se preocupa com a modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa que se deve dar a *todas* as diferenças individuais, inclusive as associadas a alguma deficiência – física, auditiva, visual, entre outras (SANTOS, 2003).

Além disto, Fortes (2005, p.85-86) diz que a universidade pode também ser a mola propulsora para criar, no meio acadêmico, práticas significativas de inclusão através dos seguintes fatores:

- da formação de recursos humanos, ou seja, de profissionais de ensino capacitados para atuar frente à diversidade do alunado, bem como para atender às suas necessidades específicas. Desta forma, poderá contribuir para superar a barreira do despreparo do professor para ensinar aos educandos que fogem aos padrões comuns, por apresentarem alguma deficiência;
- da produção de conhecimento por meio da pesquisa e nesta área, vários e valiosos trabalhos científicos têm sido elaborados em nosso país e que têm contribuído para oferecer dados concernentes à inclusão;
- da extensão a universidade pode desempenhar papel fundamental no assessoramento às escolas por meio de projetos de educação inclusiva com vistas à atualização de seus professores. É importante, também, orientar a própria comunidade universitária (docentes, alunos e funcionários), possibilitando-lhes o acesso a informações básicas sobre as pessoas com deficiência e sua inclusão, de forma a se tornarem, posteriormente, agentes multiplicadores desse processo.

Destarte, a inclusão das pessoas com deficiência neste nível de ensino não tem volta, é fato concreto e uma prova disso está no número de pesquisas que vem sendo produzidas a partir principalmente, da década atual. Devemos então, continuar estudando e pesquisando para encontrarmos mais estratégias que facilitem cada vez mais a inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior.

Procedimentos Metodológicos

Para a realização deste trabalho, optamos por um estudo de caso com enfoque qualitativo. A escolha do enfoque qualitativo, é resultante da valorização do contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada a partir da perspectiva do participante. (GODOI, 1995).

Já o estudo de caso foi pensado, pois, de acordo com Fialho; Neubauer (2008) é um modo de coletar informação específica e detalhada, frequentemente de natureza pessoal, envolvendo o pesquisador sobre o comportamento de um indivíduo ou grupo de indivíduos em uma determinada situação e durante um período dado de tempo.

Com o intuito de analisar a inclusão de uma aluna com deficiência visual através das perspectivas dos docentes, nós realizamos a pesquisa com sete professores de uma instituição de ensino superior do estado de Alagoas.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário previamente elaborado, contendo questões fechadas e semiabertas. Optamos pela aplicação do questionário pois é um “[...] técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.” (GIL, 1999, p. 128).

Durante a análise dos dados, foi necessário organizar e compreender as informações colhidas, para que em seguida pudéssemos selecionar as informações mais relevantes para a problemática da pesquisa.

Resultados e discussões

A partir da análise das respostas obtidas nos questionários aplicados aos professores percebemos que em relação ao tipo de deficiência que já tiveram experiência, seis professores responderam que foi a visual, sendo que um também já trabalhou com a deficiência auditiva e física e apenas um professor nunca havia trabalhado com alunos com deficiência. Em relação ao período em que trabalharam com alunos com deficiência, existiu uma variação compreendida entre os anos de 2002 até 2009. Por fim, foi destacado que os locais onde os participantes da pesquisa trabalharam com alunos com deficiência foram duas instituições de ensino superior e uma escola de Ensino Médio.

Observamos, de acordo com os dados descritos acima, que a maioria dos professores teve sua primeira experiência com alunos com deficiência na educação superior. Apenas duas professoras relatam outras experiências e ambas com mais de 20 anos de exercício profissional colocam: “A primeira, na educação superior a segunda e a terceira estudavam na mesma sala, no Ensino Médio [...] (JOANA, 2010). A outra professora disse que suas experiências “foram em duas instituições de ensino superior” (SUZANA, 2010).

Dos cinco professores que procuraram informações, com o ingresso de uma aluna com deficiência visual em uma instituição de ensino superior, duas relataram porque isso aconteceu:

Era a primeira vez que acontecia e eu não queria cometer injustiças prejudicando Jaqueline de alguma forma. Procurei informações entre os colegas que me antecederam (MARIA, 2010).

Em 2002, havia uma preocupação com a inclusão social na instituição onde trabalhava razão porque procurei ler a respeito para não prejudicar o aluno que não tinha culpa por ser portador daquela deficiência (SUZANA, 2010).

Nos demais depoimentos alguns aspectos merecem destaque: um primeiro ponto foi o acesso ao ambiente físico, apontado por todos os professores como um dos problemas que precisava ser revisto pela instituição. Em segundo lugar, também presente em todos os depoimentos foi a importância dos professores que atuam com alunos com deficiência receber assessoramento de profissionais especializados na área da educação inclusiva. Isto deve se dar, segundo os professores, através de cursos, palestras e oficinas. Eis os relatos:

Adequar os acessos às dependências aos portadores de necessidades especiais e aparelhar a instituição com ferramentas facilitadoras ao desempenho dos alunos com deficiências como tradutores em Braille, computadores, etc.[...] Trabalhar com uma portadora de deficiência visual foi uma experiência muito gratificante, porque ela se colocou como a melhor aluna da turma [...] (LUCIANO, 2010).

Receber orientações de profissionais especializados; Participar de grupo de estudos e cursos referentes à prática pedagógica; Ter um auxiliar para poder dispor de mais tempo para o ensino individualizado, no entanto, esta pessoa não deve estar na sala, mas na universidade para melhor ajudar a(ao) aluno(a); Ter recursos específicos e adaptados à realidade do aluno com deficiência visual. [...] Extremamente importante, não apenas no ensino superior, mas é preciso ter o cuidado para não ser somente um faz-de-conta, ou seja, deixar o aluno fazer o que for mais fácil para aprová-lo, por exemplo, isso seria excluir dentro da inclusão. Por outro lado, dificultar até que o aluno perceba que não consegue superar, outra atitude que o faria sentir-se inútil. E o mais importante: o professor entender que tais pessoas são reais e estão em toda parte, podendo surgir a qualquer momento até em seus lares, por acidente, inclusive (JOANA, 2010).

Embora tenhamos poucos deficientes na Instituição, a mesma precisa investir mais neste sentido, fica complicado trabalharmos com pessoas com certas limitações fazendo de conta que elas (as limitações) não existem. Este investimento abrange vários aspectos como cursos ou palestras, material especializado e profissional capacitado para trabalhar, não isolado, mas em conjunto com todos os professores (ANTONIA, 2010).

Para a inclusão de alunos deficientes, há necessidade de ações relacionadas ao ambiente físico e à construção de profissionais específicos. Quanto ao *primeiro*, rampas podem ser construídas para os deficientes físicos, cadeiras de roda também podem ser adquiridas, dentre outras ações; no *segundo caso*, vislumbra-se a contratação de pessoas com o domínio da linguagem dos gestos, do Braille [...] além de outras iniciativas. Tudo deve ser feito no sentido de acontecer a inclusão social. [...] A inclusão do deficiente visual é uma realidade (SUZANA, 2010).

Em pertinência aos depoimentos e às considerações feitas até o momento, não há como negar que o processo de inclusão de uma aluna com deficiência visual no ensino superior suscita uma discussão, que vem sendo objeto de diversos estudos, em torno de vários

aspectos dentre os quais destacamos: acessibilidade, recursos didáticos apropriados e formação de professores. Estes aspectos sempre estarão em pauta quando discorrermos sobre a temática da inclusão.

Isto ocorre, segundo Orrico, Canejo e Fogli (2007), porque a necessidade de promoção de igualdade como adaptações e serviços de apoios para propiciar a inclusão social e a aprendizagem de alunos com deficiência visual e outras deficiências é um processo que envolve sensibilidade de toda a comunidade acadêmica, aceitação da diversidade, internalização de valores democráticos, onde cada ação requer debate, reflexão e formação continuada dos educadores.

Os professores quando indagados sobre as relações interpessoais entre alunos, professores e funcionários com a aluna com deficiência visual responderam da seguinte forma: 71,4% dos professores disseram que os colegas de sala de aula se relacionam com a aluna com deficiência visual com naturalidade, 42,8% com solidariedade e 28,5% com respeito.

Outra questão mencionada na pesquisa, diz respeito a forma como os demais professores e funcionários vêem a presença de uma aluna com deficiência visual na instituição. As respostas evidenciaram que 42,9% não faziam diferença, 42,8 não responderam, 14,3% como direito.

De um modo geral, pudemos perceber que as atitudes dos professores e alunos são fundamentais para colaborar no desenvolvimento de uma identidade pessoal positiva. Da mesma forma que qualquer outro indivíduo, podemos afirmar que as pessoas com deficiência precisam de oportunidades para desenvolver as suas competências interativas, comunicativas e sociais. Sendo estas competências bem desenvolvidas, a sua utilização sistemática e as relações de amizade que forem sendo construídas contribuirão, por certo, para a inclusão de alunos, seja na escola, seja em outros ambientes (LIRA, 2005).

Para complementar o que foi exposto, usaremos as palavras de Winnicott (2000), quando ele coloca que o ser humano é um ser de relação, a unidade não é o indivíduo, mas sim uma estrutura ambiente-indivíduo. O centro de gravidade do ser não tem uma origem no indivíduo. Sua origem repousa na estrutura como um todo. Ele só vive, desenvolve-se e realiza-se na interação com outros seres humanos. O aspecto fundamental dessa concepção na constituição do ser humano é a importância dada por Winnicott ao ambiente, que não é apenas a mãe, mas inclui o pai, suas famílias, seus antepassados, a escola, a comunidade em que vive, enfim, toda a cultura em que o indivíduo está inserido.

Este teórico considera, ainda, que cada ser humano, dependendo da forma como estabeleceram suas interações com o ambiente, vai construindo o mundo a sua maneira.

Outro aspecto, talvez um dos mais relevantes, em torno da discussão da inclusão de alunos com deficiência em qualquer nível de ensino é a tarefa dos gestores frente a esta temática. Os gestores de qualquer instituição de ensino que se propõe a trabalhar com a educação inclusiva devem estar cientes de que é uma ação que traz novos desafios e que suscita maior engajamento. Isto ocorre, pois já superamos a ideia de que incluir é tão somente matricular o alunado com deficiência nas instituições escolares. (ORRICO; CANEJO; FOGLI, 2007).

As instituições de ensino superior podem contribuir para uma prática efetiva da inclusão norteadas por uma vivência de respeito no atendimento às necessidades de todos os seus alunos, proporcionando-lhes condições para que, efetivamente, os mesmos sejam parte integrante do grupo, ou seja, da comunidade universitária.

Considerações Finais

Ao finalizarmos esta pesquisa, podemos concluir que os participantes da pesquisa (a apontaram para a falta de informações acerca deste processo. Também foi possível reconhecer e faz-se necessário alertar para o fato de que essa inclusão vem se efetivando a partir de ações isoladas de alguns professores, considerando que os mesmos foram por iniciativa própria buscar meios para trabalhar.

Os depoimentos colhidos, na etapa qualitativa deste estudo, ajudaram-nos a compreender a falta de conhecimento e conscientização da comunidade acadêmica com relação às pessoas com deficiência e suas especificidades. Este é um assunto que precisa, urgentemente, ser trabalhado nos espaços da instituição.

Nesta pesquisa, percebemos a falta de preparo para atender a aluna com deficiência visual. Apesar disso, não devemos deixar de considerar os esforços, a preocupação e a iniciativa dos mesmos em buscar meios que facilitam o processo de ensino-aprendizagem. Neste ponto, torna-se necessário, mais uma vez, ressaltarmos a importância da formação dos professores para o ensino inclusivo, como um elemento fundamental na concretização da inclusão.

Como podemos perceber pelo estudo realizado, a inclusão precisa ser considerada por toda comunidade acadêmica como uma condição fundamental de uma nova visão do ser humano que por muito tempo está impregnada na nossa sociedade e isto implica mudanças de

atitudes, valores e hábitos. Sendo assim, podemos entender que a inclusão de alunos com deficiência nos espaços escolares e nos demais espaços, independentemente do tipo de deficiência, é um processo lento, complexo, que exige, ainda, apesar das leis atuais e modernas acerca da inclusão, de muitas discussões e ações. Discussões e ações estas que a UNEAL, através de seus gestores, precisa trazer para os seus órgãos colegiados, uma vez que a inclusão é uma questão que se impõe como necessária e que as pessoas com deficiência devem estar presentes em todos os ambientes e em todas as situações da vida do ser humano.

Referências

AMIRALIAN, M. L. T. M. Comunicação e participação ativa: a inclusão de pessoas com deficiência visual. In: _____ (Org.). **Deficiência visual: perspectivas na contemporaneidade**. São Paulo: Vetor, 2009. p. 19-38.

BRASIL. Ministério da Educação. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Unesco, 1994. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2009.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CASTANHO, D. M. **Política para inclusão de alunos com necessidades Educacionais especiais: um estudo em Universidades e Centro Universitário de Santa Maria/RS**. 2007. 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação)–Universidade Federal de Santa Maria. Rio Grande do Sul, 2007.

CERQUEIRA, M. B. **Trabalhos acadêmicos sobre educação inclusiva no Brasil**. 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração e Comunicação)– Universidade de São Marcos. São Paulo, 2008.

FIALHO, J. T; NEUBAUER, A. F. (2008) **O Estudo de caso Dirigido como Metodologia de Pesquisa para Educação a Distância (EAD)**. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/644_503.pdf> Acessado em: 05 Abr. 2013.

FORTES, V. G. G. F. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2005.

FUMES, N. de L. F. **Os desafios da formação de professores no processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**. Disponível em <<http://www.cedu.ufal.br/posgraduação/ppge/arquivos>>. Acesso em: 21 jun. 2008.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOI, A. S. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. In: Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, p 57-63, Mar./Abr.1995, São Paulo, Brasil, 1995.

LIRA, M. C. F. de. **Lembranças de escola**: um estudo sobre a inclusão do aluno com diferenças visuais. 2005. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade do Vale de Itajaí. Santa Catarina, 2005

MACHADO, E. V. Políticas públicas de inclusão no ensino superior. SOUZA, O. S. H (Org.). **Itinerários da inclusão escolar**: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: Ed. Ulbra, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar**: o que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2006.

MARTINS, L. de A. R. Identidade, diversidade e inclusão. In: PIZZI, Laura Cristina; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico (Orgs.). **Formação do pesquisador em educação**: identidade, diversidade, inclusão e juventude. Maceió: Edufal, 2007. p. 199-211.

MARQUES, C. A. **Uma leitura da Inclusão a partir do pensamento de Paulo Freire**. Revista Inter-Ação, Goiânia, nº 2, jul./dez. de 2006. pp.219-229. Disponível em <<http://www.revista.ufg.br>>. Acesso em: 14 nov. 2010.

MAZZONI, A. A. **Deficiência x Participação**: um desafio para as universidades. 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção)–Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2003.

MÜLLER, M. B. C. **O imaginário docente na perspectiva da inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior**: um percurso de significados e ressignificações. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação)– Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Rio Grande do Sul, 2005.

MOREIRA, L. C. **In (ex) clusão na universidade**: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. Revista Educação Especial, Santa Maria, n. 25, p. 37-47, ago. 2005.

MOREIRA, J. P. Centro de atenção psicossocial Pucrs: uma equipe interdisciplinar a serviço de estudantes e professores. AUDY, J. L. N.; MOROSINI, M. C (Orgs.). **Inovação, universidade e relação com a sociedade**. Porto Alegre: EDIPURCS, 2009.

ORRICO, H.; CANEJO, E.; FOGLI, B. Uma reflexão sobre o cotidiano escolar de alunos com deficiência visual em classes regulares. In: GLAT, R. (Org.). **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. p. 210.

SANTOS, M. P. dos. O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. **Revista Movimento**, Rio de Janeiro, nº 07, maio de 2003. pp.78-91. Disponível em <<http://www.lapeade.com.br/publicações/artigos/paper%20uff.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

SANTOS, J. M. F. dos. Dimensões e diálogos de exclusão: um caminho para inclusão. In: SANTOS, M. P.; PAULINO, M. M. (Orgs.). **Inclusão em Educação**. Culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 17-44.

SASAZAWA, F. H. **Ensino superior e educação especial na Universidade Estadual de Maringá**: algumas reflexões. 2005. 114 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2005.

SASSAKI, R. K. **Inclusão**: Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SASSAKI, R. K. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, ano 5, n. 24, jan./fev. 2002, pp. 6-9. Disponível em <<http://www.fiemg.com.br/ead/pne/Terminoogias.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2010.

SILVA, L. C.; RODRIGUES, M. M. **Acesso ao Ensino superior**: os nós das políticas de inclusão educacional e as pessoas com deficiência. In: IV Simpósio Internacional: o estado e as políticas educacionais e o tempo, 2008. Anais de evento, 2008. v. 1. p. 71-71.

Thoma, A. da S. **Inclusão no ensino superior**: “-ninguém foi preparado para trabalhar com esses alunos (...) isso exige certamente uma política especial”. Anais da 29ª Reunião Anual da Anped, 2006. Caxambú, MG.

WINNICOTT, D. W. **Da pediatria à psicanálise**: obras escolhidas. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago Ed, 2000.